

**Ata da sessão de audiência pública sobre a minuta do edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional de Caxiuanã realizada em 14 de agosto de 2014 em Portel, Pará.**

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às nove horas e trinta e quatro minutos, membros da população local e representantes da sociedade civil e das esferas municipal, estadual e federal de governo reuniram-se no auditório da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (Setras), localizada na rua Governador Magalhães Barata, nº 366, bairro Centro, em Portel, Pará, para participar de audiência pública destinada a discutir a minuta de edital de licitação para concessão florestal na Floresta Nacional (Flona) de Caxiuanã. O representante da prefeitura saudou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), agradeceu a todos que atenderam ao chamado da prefeitura e convidou para compor a mesa os Srs. Marcus Vinicius da Silva Alves (diretor-geral substituto do SFB), Paulo Ferreira (prefeito de Portel), Ângelo Júnior (presidente da Câmara de Vereadores de Portel), Pedro Barbosa (secretário-executivo da Associação dos Municípios do Marajó) e a Sra. Renilda Machado (secretária de Meio Ambiente de Portel). Em seguida, passou a palavra ao Sr. Marcus Vinicius Alves, que cumprimentou todos e explicitou satisfação em estar na audiência pública. Ele explicou que o edital visa a garantir o manejo florestal sustentável em Caxiuanã e a alavancar o desenvolvimento da região. Agradeceu à prefeitura pelo apoio fornecido ao SFB. Logo após, o mestre de cerimônia anunciou a presença do vice-prefeito de Portel, engenheiro florestal, e apresentou os vereadores presentes: os Srs. Pedro Leite, Rosivaldo Paranhos, Emerson Lobato, José Maria Cândido e a Sra. Simone Moura, e anunciou que outros vereadores chegariam em breve. Em seguida, passou a palavra à Sra. Renilda Machado, que cumprimentou a equipe do SFB, as autoridades presentes e a comunidade ribeirinha. Ela acredita que esse é o momento de mudar o que existe hoje. Sabe que a concessão permite o manejo de forma sustentável. Espera o retorno financeiro e social para a comunidade que sofre com tantas mazelas. Em seguida, o Sr. Pedro Barbosa cumprimentou os presentes e alertou o Conselho Consultivo da Flona para traçar algumas indicações com relação ao manejo de Caxiuanã. Informou que a audiência veio para tornar pública algumas leis referentes à concessão e para esclarecer alguns pontos. Afirmou que a concessão não é a solução para todos os males da comunidade, mas que resolverá algumas questões. A área reservada à comunidade ribeirinha não faz parte da área da concessão. O que será discutido nesta audiência é o manejo empresarial. Em Portel, Melgaço e Breves não há necessidade de montagem de parque industrial. Acredita que alguns tópicos, entre os quais preço e resíduos, não estão muito claros. Logo após, o mestre de cerimônias passou a palavra ao Sr. Ângelo Júnior, que cumprimentou a mesa e informou que a Flona de Caxiuanã não tem mais como ser explorada por mais quarenta anos e que isso é motivo de preocupação. Questionou como serão os procedimentos para se trabalhar nos cinco anos em que ainda se pode trabalhar na Flona. Perguntou quais serão as responsabilidades do que lá trabalharão. Esclareceu que Porto de Moz já extraiu parte dos recursos da Flona e que alguns grupos clandestinos também exploram madeira oriunda da unidade de conservação. Perguntou o que sobrá para quem ganhar o processo licitatório. Agradeceu a presença de todos e solicitou que fossem feitos os questionamentos para acelerar o processo, para que as empresas que ganharem o processo possam trabalhar. O Sr. Paulo Ferreira saudou a mesa e demais autoridades presentes. Informou que algumas coisas precisam ser retificadas, como o preço da madeira. Mostrou-se preocupado com o povo e com os empresários que estão desassistidos de outras políticas públicas. Muitas discussões foram travadas no Conselho Consultivo da Flona. É importante que a concessão seja concretizada o mais rapidamente possível. Acredita que todos ganharão com a concessão, mas preocupa-se com as compensações sociais. Esclareceu que muitas leis regem o processo e que elas norteiam quem ganhará a licitação, mas que podem negociar com os ganhadores para trazerem benefícios a comunidade. Essa situação é nova para Portel. Informou que esta é a oportunidade para conversar com os empresários e com a comunidade. Hoje a sociedade já está a par do que está acontecendo. Quando o processo se consumir, provavelmente em 2016, aí sim, serão chamados os ganhadores para serem colocadas algumas condicionantes já previstas em edital. É um processo legal, diferente do que acontece na região. Gostaria de agradecer ao SFB pela oportunidade de sensibilização. Acrescentou que os municípios da região necessitam

16926/2014



55 dos benefícios das concessões. O mestre de cerimônia desfez a mesa, agradeceu aos que a  
56 compunham e convidou o Sr. Luiz César Lima, gerente-executivo de Concessão Florestal  
57 substituto do SFB, para a apresentação. Inicialmente, o Sr. Luiz César Lima saudou a todos,  
58 agradeceu aos participantes pela presença em um evento tão importante e apresentou a equipe do  
59 Serviço Florestal que estava trabalhando no evento: a Sra. Valéria Araújo na redação da ata; a  
60 Sra. Soraya Jennings no auxílio à apresentação; a Sra. Evie Negro na assessoria de imprensa; o  
61 Sr. Ângelo Francisco, chefe da Unidade Regional do Serviço Florestal Brasileiro em  
62 Santarém/PA. Logo após, apresentou os dispositivos legais que amparam as concessões  
63 florestais: a lei 11.284/2006 (“Lei de gestão de florestas públicas”), o Decreto 6.063/2007, que a  
64 regulamenta, e a lei 8.666/1993 (“Lei Geral de Licitações”). Informou que a Lei de Gestão de  
65 Florestas Públicas tem como objetivos principais: a) a promoção do combate à grilagem de  
66 terras públicas e à violência no campo; b) o combate ao desmatamento em terras públicas; c) a  
67 geração de benefícios para a sociedade; e d) a conservação das florestas. Logo após, apresentou  
68 o conceito legal de “manejo florestal sustentável” e destacou a geração de benefícios  
69 econômicos, sociais e ambientais oriunda das concessões florestais. Em seguida, apresentou o  
70 conceito de concessão florestal insculpido na lei 11.284/2006 e explicou, brevemente, alguns de  
71 seus principais elementos, entre os quais o significado de “delegação onerosa”, “manejo  
72 florestal” e “licitação”. Informou que, segundo a lei de gestão de florestas públicas, o prazo de  
73 duração do contrato de concessão florestal é de 40 anos. Esclareceu que a concessão florestal  
74 não inclui: a) a titularidade imobiliária, b) os direitos sobre o subsolo, c) os direitos sobre a  
75 biodiversidade, d) os direitos sobre os serviços ambientais (inclusive crédito de carbono) e e) o  
76 direito de realizar caça e pesca. Afirmou que, se fosse o caso, o concessionário deveria solicitar  
77 cada uma dessas licenças ou autorizações nos respectivos órgãos competentes. Ademais, o Sr.  
78 Luiz César Lima indicou os principais benefícios da concessão florestal: a) segurança jurídica;  
79 b) segurança fundiária; c) ordenamento da atividade madeireira; d) atração de investimentos na  
80 criação e revitalização do parque industrial; e) incentivos à capacitação da mão-de-obra local; f)  
81 aumento da arrecadação municipal, estadual e federal; g) garantia de manutenção da floresta e  
82 fortalecimento da gestão das florestas públicas; e h) geração de empregos e renda na região. Em  
83 seguida, informou que: a) a Floresta Nacional de Caxiuanã foi a primeira Flona criada na  
84 Amazônia; b) o Plano de Manejo da Unidade de Conservação foi aprovado pela Portaria 141 do  
85 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); c) a área total da Flona é  
86 de 322.869,00 ha; d) sua área potencial para concessão florestal é de 183.695,70 ha; e) a Flona  
87 de Caxiuanã está integralmente localizada nos municípios de Portel e Melgaço; f) não há  
88 conflitos entre populações tradicionais; g) na Flona está localizada a Estação Científica Ferreira  
89 Penna; e h) a principal logística é realizada por via fluvial, mais barata, em regra, do que a via  
90 rodoviária na região amazônica. O Sr. Luiz César Lima enumerou os requisitos para a  
91 publicação do edital de concessão florestal: a) a publicação do Decreto da criação da Unidade  
92 de Conservação (Decreto Federal 239/1961); b) a existência do Plano de Manejo da Unidade de  
93 Conservação (PMUC), aprovado pela Portaria 141 do ICMBio; c) a inclusão da Flona no Plano  
94 Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2014. Já que todos esses requisitos foram cumpridos, a  
95 Flona de Caxiuanã pode ser submetida ao processo de licitação para concessão florestal.  
96 Informou que os produtos que podem ser manejados pela concessão são: madeira em tora,  
97 material lenhoso residual da exploração e produtos florestais não madeireiros. Mencionou que,  
98 entre outros, os seguintes produtos somente podem ser explorados após autorização do SFB, que  
99 avaliará a compatibilização de seu uso comercial com o seu uso pelas populações tradicionais e  
100 pelas comunidades locais: a) palmito e fruto do açaí; b) todos os produtos das demais  
101 palmáceas; c) fruto da castanha do Pará. Enumerou que podem participar da concorrência  
102 pública: a) empresas, b) associações de comunidades locais, c) cooperativas e d) organizações  
103 da sociedade civil de interesse público (Oscips). Informou que todos os licitantes precisam ter  
104 sede e administração no Brasil. Em seguida, explicou como acontecerá a avaliação do processo  
105 licitatório: o licitante será pontuado com base na proposta técnica, que vale, no máximo, 500  
106 pontos, e na proposta de preço, cuja pontuação máxima também é de 500 pontos. Será declarado  
107 vencedor da licitação quem conseguir a maior pontuação no somatório das propostas técnica e  
108 de preço. A fase de habilitação exige que o concorrente seja “ficha limpa”, pois entre os  
109 documentos que devem ser apresentados são exigidos os que demonstram regularidade



110 ambiental, fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica. Mencionou os documentos  
111 obrigatórios para os participantes sob forma de consórcio: a) comprovação de compromisso da  
112 constituição do consórcio, b) documento indicando a empresa líder, c) documentos referentes à  
113 habilitação, à capacidade técnica, à idoneidade financeira e à regularidade jurídica e fiscal de  
114 todos os participantes do consórcio. Afirmou que o consórcio pode se constituir em uma única  
115 empresa para gerir o contrato e que a empresa líder será responsável técnica e legal por todos os  
116 atos praticados pelo consórcio. Apresentou o zoneamento ambiental da Flona aprovado pelo  
117 PMUC. Em seguida, apresentou a proposta inicial de unidades de manejo florestal (UMFs) e  
118 suas respectivas áreas. Afirmou que a lei de gestão de florestas públicas exige a presença de,  
119 pelo menos, uma unidade de manejo florestal pequena em cada lote submetido ao processo  
120 licitatório, e que o conceito de UMF pequena está no PAOF. Segundo o PAOF 2014, UMF  
121 pequena é aquela cuja área tem no máximo 40 mil hectares. Ademais, informou o preço mínimo  
122 do edital, a partir do qual os interessados devem apresentar a proposta de preço: R\$ 75,00 por  
123 metro cúbico de madeira manejada. Discorreu sobre os critérios de precificação, os quais  
124 englobam, entre outros fatores: a) uma pesquisa de preço nas madeireiras localizadas em um  
125 raio de até 150 km da Flona, b) os custos de logística e c) os custos de produção do  
126 empreendedor. Esclareceu que proposta técnica é o compromisso que o licitante assume no  
127 processo de concessão florestal. Informou que os 500 pontos da proposta técnica estão  
128 distribuídos entre quatro critérios exigidos pela lei 11.284/2006: a) ambiental, b) social, c) de  
129 eficiência e d) de agregação de valor. O critério de agregação de valor é o que possui a maior  
130 pontuação, pois destina-se a manter a riqueza na região. Informou que os indicadores  
131 bonificadores permitem um desconto no preço que o licitante se comprometeu a pagar pela  
132 madeira manejada, e que a bonificação será aplicada somente se houver ágio em relação ao  
133 preço mínimo do edital. Discorreu sobre cada um dos indicadores bonificadores: a) grau de  
134 processamento local do produto; b) investimentos na proteção da UMF; c) geração de  
135 empregos; d) capacitação dos empregados; e) implantação e manutenção de sistema de gestão  
136 da qualidade, responsabilidade social, e saúde e segurança do trabalho; f) aproveitamento de  
137 resíduos; e g) implantação e manutenção de sistema de gestão de qualidade na indústria. Em  
138 seguida, versou sobre a distribuição dos recursos oriundos das concessões: o Valor Mínimo  
139 Anual (VMA) e a divisão da parcela restante, denominada “demais valores”. Detalhou que a  
140 distribuição legal dos valores oriundos da concessão florestal, excluindo o VMA, acontecerá da  
141 seguinte maneira: a) 40% para o ICMBio, b) 20% para o estado do Pará, c) 20% para os  
142 municípios de Portel e Melgaço e d) 20% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal  
143 (FNDF). O Sr. Luiz César Lima acrescentou que o concorrente precisa de uma garantia de  
144 proposta que deve ser apresentada junto com a documentação de habilitação. A garantia pode  
145 ser executada quando: a) a proposta for retirada dentro do prazo de validade; b) não forem  
146 cumpridas as obrigações previstas no instrumento convocatório; c) houver, por parte da  
147 adjudicatária, recusa em celebrar o contrato. A devolução da garantia pode acontecer em 15 dias  
148 após a conclusão da fase de habilitação, para os licitantes inabilitados, ou após 15 dias depois da  
149 assinatura do contrato, para os demais licitantes. A comissão de licitação analisará a  
150 documentação e indicará se a concorrente foi ou não habilitada. Em seguida, mencionou o valor  
151 da garantia para cada UMF. Logo após, explanou sobre a garantia de execução do contrato,  
152 exigida na lei de florestas públicas e na lei geral de licitações. Garantia de execução do contrato  
153 corresponde a 60% do valor de referência do contrato e deve ser apresentada em 3 fases: a) 30%  
154 na assinatura do contrato, b) 30% dez dias após a homologação do PMFS e c) 40% dez dias  
155 após a aprovação do segundo Plano Operativo Anual (POA). A execução da garantia de  
156 contrato dar-se-á nos seguintes casos: a) rescisão contratual; b) inadimplência das obrigações  
157 financeiras; c) condenação da concedente por atos de responsabilidade do concessionário; d)  
158 ressarcimento de valores de multas e indenizações. Ademais, informou que as modalidades de  
159 garantia são: a) caução em dinheiro, b) caução em títulos da dívida pública, c) seguro-garantia e  
160 fiança bancária. Informou que os custos do edital devem ser ressarcidos pelos  
161 concessionários na proporção da área de suas respectivas UMFs. O pagamento dos custos do  
162 edital pode ser realizado em até quatro parcelas trimestrais de igual valor, e a primeira parcela  
163 deve ser paga três meses após a assinatura do contrato. Destacou que empresas de pequeno  
164 porte, microempresas e associações de comunidades locais estão isentas do pagamento dos



165 custos de edital. Por fim, o Sr. Luiz César Lima agradeceu a todos pela atenção, encerrou a  
166 apresentação e colocou-se à disposição para responder a dúvidas apresentadas pelos presentes e  
167 para anotar qualquer sugestão realizada. O Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu ao Sr. Luiz  
168 César Lima pela apresentação e solicitou aos que quisessem perguntar que se apresentassem  
169 antes. O Sr. Heron Macedo, secretário de Desenvolvimento Econômico de Portel, questionou  
170 quais seriam as comunidades beneficiadas pelos serviços relacionados ao critério social.  
171 Perguntou se, na proposta técnica, podem ser inseridos benefícios para a sede do  
172 município. Indagou se uma empresa cuja proposta de projeto social seja maior será a vencedora,  
173 mesmo que apresente um preço menor. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que o processo é  
174 de técnica e preço e a lei indica que a proposta de preço não pode ter pontuação superior à da  
175 proposta técnica. O critério de agregação de valor é o que possui maior peso na proposta  
176 técnica, pois tem relação direta com o critério social. Pode ser que uma empresa que obtenha a  
177 maior pontuação no critério social não consiga a maior pontuação da proposta técnica. O  
178 conjunto de critérios vai gerar a pontuação final da proposta técnica. Essa pontuação será  
179 somada à da proposta de preço. Ao final, quem apresentar a melhor pontuação global vencerá. A  
180 distribuição dos recursos do critério social será gerida pelo Conselho Municipal de Meio  
181 Ambiente. Os municípios têm prazo suficiente para se organizar, pois esses recursos não devem  
182 chegar antes de 2016. A Sra. Erika Ikemoto, do Instituto Chico Mendes de Conservação da  
183 Biodiversidade (ICMBio), questionou qual seria a estimativa do potencial de produção e  
184 solicitou mais explicações sobre os critérios de bonificação e a forma como acontecerá sua  
185 avaliação. Questionou o motivo pelo qual esses critérios são apenas bonificadores, já que os da  
186 proposta técnica são mais fortes. Perguntou por que o SFB não colocou como critério de  
187 classificação o número de empregos que serão gerados na concessão. O Sr. Marcus Vinicius  
188 Alves explicou que, com base no inventário, a avaliação é que os critérios estabelecidos no  
189 plano de manejo sejam plenamente estabelecidos, mas que, de qualquer maneira, são  
190 25m<sup>3</sup>/hectare (ha), o que representa quatro a seis árvores por hectare. Isso é parte do manejo de  
191 impacto reduzido. É uma regra previamente conhecida. Uma lista maior de bonificadores e de  
192 critérios de desclassificação tornaria o processo muito subjetivo. Quanto maior a objetividade na  
193 comparação, melhor. As boas práticas da regulação indicam que a concorrência deveria ser  
194 apenas pelo critério do preço, mas a lei 11.284/2006 determina que seja técnica e preço. É  
195 importante que a União seja indutora de política, mas não interventora de mercado. O Estado  
196 deve atuar como regulador do processo. O paternalismo deve dar lugar ao compartilhamento das  
197 responsabilidades. Se os setores regulados pelo governo esperarem que o governo regule todos  
198 os processos, os prejuízos serão para todas as partes. Compete ao Conselho Municipal de Meio  
199 Ambiente determinar em que será investido o recurso do indicador de investimento direto na  
200 sociedade. O Conselho Municipal de Meio Ambiente é um espaço colegiado que deve ser  
201 fortalecido em nível municipal. O Sr. Raimundo Luiz, secretário municipal e membro do  
202 Conselho Consultivo de Caxiuanã, indagou qual o critério para determinar o valor de referência  
203 do contrato (VRC) e como acontecerá o controle do órgão concedente em relação à apuração,  
204 considerando também que um outro inventário será realizado posteriormente ao resultado da  
205 licitação. Acrescentou que pode haver uma diferença considerável entre os dois inventários.  
206 Questionou como as estruturas de governança local podem participar dessa fiscalização. O Sr.  
207 Luiz César Lima esclareceu que o VRC é calculado com base na área, no preço mínimo  
208 ofertado e no volume a ser explorado (20 m<sup>3</sup>/ha). Um ponto muito positivo no cálculo do VRC é  
209 que o SFB utiliza 20 m<sup>3</sup>/ha ao invés de 25 m<sup>3</sup>/ha, que é a volumetria legalmente passível de  
210 exploração. O Sr. Marcus Vinicius Alves acrescentou que o concessionário paga pelo que ele  
211 extrai. Além disso, ele deve se planejar para participar da licitação baseado em informações  
212 obtidas no inventário diagnóstico, que tem um erro associado. Ademais, qualquer interessado  
213 pode visitar a área. O inventário florestal 100% será realizado após a assinatura do contrato, para  
214 a confecção do Plano de Manejo Florestal Sustentável. Além disso, há um sistema de controle  
215 de custódia sobre esse processo. Existe um controle sobre toda a produção e todas as árvores  
216 extraídas. Pelas visitas às áreas concedidas, que são realizadas periodicamente, é possível  
217 observar eventual conduta irregular. Se o concessionário praticar alguma conduta irregular, a  
218 garantia contratual poderá ser executada. A concessão é muito diferente do processo de extração  
219 florestal convencional. Na concessão, há controle total do processo. O concessionário que



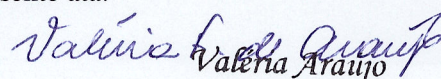
trabalhar bem tem tudo para ganhar, mas aquele que cometer ilícitos tem muito mais a perder do que quem trabalha em área privada. Em nenhuma das concessões realizadas pelo SFB até hoje houve autuação. É improvável que alguém que invista na concessão busque práticas ilegais, pois isso poderia configurar a prática de crime na esfera federal. Todos os pagamentos são monitorados trimestralmente pelo SFB. O Sr. Milton Costa, engenheiro florestal da Emater/PA, expressou sua angústia pelo fato de o pessoal de Portel não saber direito como acontecerá o processo de concessão florestal. Acredita que é pouco recurso que será destinado a Portel, bem como o retorno social. Acrescentou que a maioria das UMFs está mais perto do Xingu e que é necessário fazer um esforço para dialogar com as empresas vencedoras do certame, de forma a trazer benefícios para Portel. Perguntou o motivo pelo qual usa-se 25m³/ha como volume máximo de manejo, uma vez que na lei do estado são 30m³/ha. O Sr. Marcus Vinicius Alves compreende a preocupação com a distribuição dos recursos, mas o Poder Executivo nada pode fazer, pois o percentual está estabelecido em lei, e cabe ao SFB apenas cumpri-la. Explicou que a volumetria permitida em uma floresta federal segue as determinações federais, emanadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Ministério do Meio Ambiente. Da mesma forma que o Estado pode regular as questões estaduais, cabe ao gestor federal determinar os limites em suas áreas. O Sr. Francisco Silva saudou os representantes e comunicou que recebeu a audiência com muita preocupação, pois esse modelo de desenvolvimento é semelhante ao da colonização do Brasil, o qual resultou na desertificação do nordeste e na pobreza. Acrescentou que o mesmo também aconteceu em Portel, pela companhia multinacional que fez um desenvolvimento que não foi sustentável, deixando muitos problemas sociais. Dessa forma, o desenvolvimento sustentável não trouxe o desenvolvimento. A Flona de Caxiuanã tem sido explorada por outras pessoas e o que sobrou não dura os quarenta anos propostos para a concessão. O Marajó não precisa de políticas públicas que explorem suas riquezas naturais. É necessário educação e desenvolvimento social. Afirmou que o processo de concessão em Caxiuanã foi uma política ditatorial, já que não houve consulta prévia à população. Não houve um estudo do impacto dos impactos que essa política vai causar. A concessão é predatória. O Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu a contribuição e afirmou que o SFB respeita as divergências. Não é uma política de um governo, é uma política de Estado materializada em um processo longo de discussão no Congresso Nacional. Explicou que não é possível não implementar leis promulgadas. É uma política não só em âmbito federal, mas já está acontecendo em âmbito estadual. O SFB acredita que a única maneira de manter a floresta em pé é beneficiando a sociedade. É preciso valorizar a floresta. A concessão florestal ocorre de maneira diferente da exploração madeireira que já aconteceu aqui no Marajó. O Sr. Marcus Vinicius Alves convocou a população a participar do processo de fiscalização das concessões. Solicitou que, se fosse o caso, a população deveria enviar denúncias para a Ouvidoria. Acrescentou que cada um tem um papel muito importante em relação às políticas públicas, no exercício da cidadania. Não se pode esperar que o Estado seja paternalista. Cada um tem sua parcela de responsabilidade. Discordou a opinião do Sr. Francisco Silva sobre as concessões, pois essa é uma oportunidade da floresta ser vista como um ativo e não só como um passivo. O Sr. Francisco Silva acredita que existem outras alternativas para o uso da floresta. A Sra. Gracionice Corrêa, presidente do Sindicato Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel, saudou os representantes do SFB, comunicou que faz parte do Conselho Consultivo da Flona e que não é contra a exploração florestal, desde que realizada de forma mais clara e segura. O manejo florestal sustentável é uma forma mais segura de manter a floresta. Informou ter dúvidas sobre a fiscalização para a correta exploração. Discordou da colocação que a parte comunitária não pode ser tratada. Afirmou que essa área vai afetar de forma ambiental e social a comunidade. Frisou que as empresas devem gerar emprego e renda dentro do município. Solicitou que pelo menos 40% da matéria-prima seja beneficiada em Portel, pois o município precisa desse desenvolvimento. Destacou que a sociedade precisa organizar os debates para decidir sobre a compensação social e que essa compensação deveria ser por m³ e não por ha. A população tem direito de se mobilizar e decidir onde aplicar os recursos da concessão. O sindicato está aberto para ajudar nisso. A concessão vai trazer benefícios, mas haverá impactos. Informou que entregaria uma carta ao SFB. Questionou como serão aplicados os recursos destinados ao SFB e ao ICMBio. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que a concessão não é



275 considerada atividade de grande impacto ambiental. O manejo florestal é uma das ferramentas  
276 de mitigação do clima. Os 30% destinados para o SFB são empregados para a manutenção do  
277 sistema, e esse percentual não paga nem os custos relacionados ao monitoramento e a estudos  
278 relacionados ao processo de concessão. A área de efetivo manejo é estabelecida por  
279 lei. Esclareceu que o maior ganho não está nos recursos, mas nos benefícios que o trabalho na  
280 floresta pode gerar, como a criação de empregos. A concessão não é a salvação para todos os  
281 problemas da comunidade. A Sra. Karen Anjos informou que já tem áreas de manejo florestal e  
282 que não localizou na minuta de edital valor para resíduos. Questionou como serão tratados os  
283 seguintes assuntos: existência de áreas já exploradas; segurança patrimonial da área; pesquisas;  
284 duração das visitas à área. O Sr. Marcus Vinicius Alves informou que o valor do  
285 resíduo constará no edital, e já está no sítio do SFB. As áreas antropizadas já foram  
286 consideradas. Essas áreas serão consideradas no inventário 100% da empresa. É  
287 responsabilidade do concessionário zelar pela área, mas ele não tem poder de polícia. Assim, é  
288 necessário cumprir o plano de proteção florestal. O SFB assumiu o compromisso, na audiência  
289 de Belém, de analisar a proposta de incluir a pesquisa como bonificador. A visita à área será  
290 definida no edital. O Sr. Jocimar Mendonça, técnico da Emater/PA e membro do Conselho  
291 Consultivo da Flona de Caxiuanã, parabenizou o SFB pelo trabalho e questionou se os produtos  
292 extraídos na floresta serão processados no raio de 150 km. O Sr. Marcus Vinicius Alves  
293 explicou que o desenho do indicador é montado para o processamento local. A ideia é que os  
294 produtos sejam beneficiados localmente. O Sr. Charlston Betzel perguntou o cálculo da garantia  
295 é feito com base em um ano ou no somatório dos 40 anos de contrato. O Sr. Luiz César Lima  
296 respondeu que é com base em um ano. O Sr. Charlston Betzel questionou se a bonificação será  
297 aplicada sobre o preço ofertado ou sobre o valor de ágio. O Sr. Luiz César Lima esclareceu que  
298 será aplicada sobre o valor total. O Sr. Fernando Peçanha, do Centro Regional 4 do ICMBio,  
299 afirmou que os recursos destinados ao ICMBio não retornarão para a unidade de conservação e  
300 indagou se existe um mecanismo que obrigue o ICMBio a investir na Flona de Caxiuanã. O Sr.  
301 Carlos Braga, chefe da Flona, ratificou que tem certeza que os 40% do ICMBio não retornarão à  
302 unidade de conservação. Acrescentou que a Flona não tem nenhuma fonte de recurso para sua  
303 gestão e que, em razão do prazo de vinte dias para o envio de contribuições, comunicado na  
304 audiência anterior, a reunião do Conselho Consultivo da Flona foi antecipada para 30/08/2014.  
305 As reuniões do Conselho são abertas, mas roga-se que a participação seja solicitada  
306 antecipadamente. A intenção é enviar as propostas formalmente ao SFB. O Sr. Marcus Vinicius  
307 Alves informou que a Flona de Caxiuanã não tem fonte de recursos próprios e não há previsão  
308 para isso. É prematuro achar que os recursos das concessões não vão chegar à Flona. Nas  
309 unidades em que já existem concessões, há uma perfeita harmonia para que as instituições  
310 (SFB, ICMBio e Ibama) trabalhem de forma articulada para que o processo de concessão se  
311 desenvolva da melhor forma possível. O Sr. Gilberto Nadal ressaltou a grandeza do projeto para  
312 a região e informou que tentará, de forma fundamentada, alterar o que for prejudicial à  
313 população. Explicou que técnicos foram contratados e estão acompanhando as audiências para  
314 redigir propostas destinadas a beneficiar a comunidade dos municípios envolvidos. Se o  
315 processo não for bem acompanhado, a população reclamará. Indagou se a comunidade terá  
316 direito de explorar algo dentro da área de concessão. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que  
317 a comunidade poderá, desde que seguindo as regras do ICMBio e que essa exploração seja  
318 compatível com as operações que estão acontecendo na área. O Sr. Gilberto Nadal afirmou que,  
319 com as audiências, o SFB conheceu a situação da população dos municípios. A comunidade  
320 portense deseja eu o SFB analise as sugestões apresentadas. Portel precisa de empregos  
321 e divisas para continuar crescendo. O Sr. Valdo Paranhos, vereador e membro do Conselho  
322 Consultivo da Flona, discordou da comparação com Belo Monte, pois acredita que se está  
323 menos prezando a floresta, já que os valores previstos para a arrecadação são muito diferentes  
324 dos do pré-sal. Como não é possível alterar os percentuais destinados a cada órgão, sugeriu  
325 aumentar a pontuação do critério de agregação de valor. Questionou até que ponto os 500  
326 pontos interferirão na realização dos critérios técnicos. Deve-se fornecer uma pontuação maior  
327 para a agregação de valor. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que o SFB não está  
328 menos prezando o valor da floresta, até porque há abordagens que a concessão não abrange.  
329 Existe uma grande diferença entre os valores movimentados pela usina de Belo Monte e os



330 arrecadados pela concessão florestal. É possível estimar que uma UMF arrecada quatro milhões  
331 de reais por ano. Belo Monte movimentou valores muito maiores do que isso. Em relação à  
332 agregação de valor, pode-se formular a proposta dentro dos 500 pontos da proposta técnica. Os  
333 valores apresentados são fruto de toda uma avaliação de viabilidade do ponto de vista social e  
334 ambiental. Os custos de um concessionário são maiores que os de uma empresa privada para o  
335 mesmo negócio. Convidou a todos que tiverem interesse a recorrer às concessões no próprio  
336 Pará para ver como são os contratados e qualificados os trabalhadores das  
337 empresas concessionárias. As certificações também exigem padrões completamente diferentes.  
338 Os custos dos concessionários são maiores do que de quem opera em áreas privadas, mesmo  
339 dentro da legalidade. O SFB trabalha com um conjunto de planilhas que a legislação permite  
340 para verificar se a proposta é viável. Exemplificou outras situações de licitação para explicar a  
341 exequibilidade das propostas. O Sr. Carlos Moura, da Reserva Extrativista (Resex) Maruá,  
342 destacou que alguns atores fundamentais no processo não estão participando da audiência.  
343 Solicitou que isso fosse registrado em ata. Perguntou aos presentes quem era morador da Flona.  
344 Apenas três pessoas se manifestaram. Informou que a culpa não é do SFB, que o órgão está  
345 cumprindo seu papel e o processo está sendo público e transparente, mas falta avançar no  
346 processo de mobilização. Sugeriu aos segmentos sociais que organizassem um seminário  
347 buscando a participação dos atores que já estão vivenciando a concessão em outras unidades de  
348 conservação. Concordeu que as concessões são pequenas quando comparadas a outros  
349 empreendimentos, já que o tamanho do território em que é feita a concessão não chega a 10%  
350 do território de Portel. Seria um equívoco acreditar que a concessão florestal em Caxiuanã seria  
351 a salvação para a região. Há na Flona uma área destinada ao manejo comunitário e que também  
352 deve passar por esse processo. O Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu a participação. O Sr.  
353 Carlos Correia afirmou que, desde a audiência anterior, uma das preocupações é a infraestrutura  
354 nas comunidades locais. Agradeceu ao SFB e aos que estão presentes. Demonstrou preocupação  
355 com o escoamento do produto que vai ser explorado em Caxiuanã e com o beneficiamento que  
356 poderia ser feito em Portel. Questionou o que sobraria para a região. O Sr. Marcus Vinicius  
357 Alves considerou as preocupações legítimas e explicou que há um esforço em desenhar os  
358 editais de forma que o processamento local seja privilegiado. Os interessados podem apresentar  
359 uma proposta justificada que coloque determinadas condições para que os municípios sejam  
360 privilegiados para o beneficiamento. A Sra. Maria Miranda mostrou-se angustiada pela falta de  
361 geração de emprego no município. Afirmou que a concessão não é a salvação do mundo nem  
362 das comunidades carentes de Portel. É preocupante a concessão acontecer e a comunidade de  
363 Portel não ser beneficiada. As empresas de Portel precisam gerar emprego e precisam de pelo  
364 menos 30% da madeira que será extraída de Caxiuanã. O Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu a  
365 contribuição, comunicou que todas as reivindicações serão analisadas e que o SFB deseja que a  
366 floresta seja capaz de gerar emprego e renda. O Sr. Luciano Fonseca, vice-prefeito de Portel,  
367 cumprimentou os servidores do SFB, informou que vem acompanhando as audiências desde  
368 Belém e não foi dito em Portel que essas audiências, pela lei, deveriam ser aplicadas apenas em  
369 Melgaço e Portel, mas que o SFB expandiu a mais municípios. As reuniões do Conselho  
370 Consultivo de Caxiuanã só aconteceram porque os portelenses apareceram, pois são maioria no  
371 Conselho. Explicou sobre a distribuição dos recursos e que o Conselho de Meio Ambiente já  
372 está organizado para tratar dos recursos. Agradeceu a participação de todos. O Sr. Marcus  
373 Vinicius Alves agradeceu as palavras do Sr. Luciano Fonseca e afirmou que as audiências são  
374 uma experiência fantástica. Há um histórico de reconhecimento das dificuldades principalmente  
375 nos municípios do interior e de suas demandas, mas é necessário esclarecer quais são os limites  
376 da concessão. Ela não é a solução de todos os problemas, mas pode alavancar um processo de  
377 mudança. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação estabelece que as Flonas são  
378 passíveis de uso sustentável e apenas 56% de Caxiuanã é destinado ao manejo empresarial, o  
379 que mostra o cuidado com os outros usos que podem haver na Flona. Informou estar satisfeito  
380 em participar da audiência em Portel e que não poderá seguir para a audiência em Porto de Moz,  
381 mas a equipe do SFB continuará a viagem. Agradeceu à prefeitura, à Amam e a todos que  
382 ajudaram a construir um processo melhor. A audiência foi encerrada às treze horas e trinta e  
383 cinco minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, Valéria Ferreira de Araújo, analista ambiental da  
384 Gerência-executiva de Concessão Florestal, lavrei a presente ata.

  
Valéria Ferreira de Araújo  
Analista Ambiental  
Mat. 1672434  
GECOF/SFB/MMA



